



BREVE INTRODUÇÃO DE COMO ENSINAR SOCIOLOGIA PARA REACIONÁRIOS

Caio Cerqueira ¹

A escalada conservadora

Desde 2015, o Brasil viveu uma guinada conservadora que elevou ao centro do debate temas como o "Escola Sem Partido" e a "Ideologia de Gênero". Esses projetos surgiram como resposta ao crescimento da extrema-direita e refletiram um temor em relação às discussões sobre pluralidade, apreendidas em espaços escolares. O movimento “Escola Sem Partido”, fundado em 2004 por Miguel Nagib, ganhou força justamente nesse contexto, com dezenas de projetos de lei circulando entre câmaras municipais e assembleias estaduais .A partir de uma percepção pessoal, Miguel Nagib relata ter vivenciado com sua própria filha na escola. Segundo ele, a filha teria sido exposta a conteúdos e opiniões políticas que ele considerava indevidas dentro do ambiente escolar. A partir desse episódio, Nagib passou a desenvolver a tese de que existiria no sistema educacional brasileiro uma prática sistemática de “doutrinação ideológica”, principalmente conduzida por professores alinhados às chamadas pautas de esquerda, progressistas, feministas ou ligadas às discussões de gênero e sexualidade (FREITAS, 2016)

Por trás da retórica de defesa da liberdade de consciência dos alunos e da suposta neutralidade, a idealização de Nagib revela, na verdade, uma tentativa de controle do discurso educacional, centrada na exclusão de temas que envolvem direitos humanos, diversidade, gênero, sexualidade, desigualdades sociais e críticas às estruturas de poder. Essa concepção se alinha ao avanço de forças ultraconservadoras no Brasil e às tentativas de deslegitimar qualquer abordagem pedagógica que incentive a reflexão crítica, o debate e o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes.

Para enfrentar esse suposto problema, Nagib estruturou o movimento com base na defesa de uma educação “livre de ideologias”, o que, na prática, se traduz em uma concepção profundamente equivocada de neutralidade. A proposta central do Escola Sem Partido é que

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, BA: caiofcerqueira@gmail.com



os professores se abstenham de expor suas opiniões pessoais sobre política, religião e valores morais, limitando-se à transmissão objetiva de conteúdos. Como parte dessa idealização, o movimento propunha afixar cartazes nas salas de aula contendo um “decálogo” dos deveres dos docentes, baseado em uma leitura restrita e enviesada da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (PENNA, 2019).

O termo “ideologia de gênero” não surgiu nos campos acadêmico ou científico, mas foi construído como uma estratégia política e discursiva por setores conservadores, especialmente ligados às igrejas católica e evangélica. Seu surgimento remonta à década de 1990, no contexto internacional, como uma reação das alas mais conservadoras do Vaticano aos avanços dos debates sobre gênero, direitos das mulheres e dos movimentos LGBTQIA+ em conferências globais. Um marco fundamental foi a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada pela ONU em Pequim, em 1995, onde se consolidou a ideia de que gênero é uma construção social — ou seja, que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas biológicas, mas são também produzidas culturalmente (CORRÊA, 2018)

A partir desse evento, setores ultraconservadores — especialmente ligados ao Pontifício Conselho para a Família do Vaticano, sob influência direta do então Papa João Paulo II e, depois, de Bento XVI — começaram a articular o termo “ideologia de gênero” como uma reação contra as políticas de igualdade de gênero e contra a desconstrução dos papéis tradicionais de homem e mulher. O termo foi difundido intencionalmente para gerar medo, apresentando as discussões de gênero como uma suposta tentativa de destruir a família, subverter a moral cristã e corromper crianças e jovens.

No Brasil, o discurso da “ideologia de gênero” ganhou força a partir de meados dos anos 2010, especialmente durante as discussões dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação (PNE), quando parlamentares conservadores e setores religiosos passaram a mobilizar fiéis e a pressionar o Congresso e as Câmaras Municipais a retirar qualquer menção aos termos “gênero” e “orientação sexual” dos documentos oficiais de políticas educacionais. A partir daí, a expressão se tornou uma espécie de bandeira da nova direita brasileira, sendo incorporada no discurso de políticos como Jair Bolsonaro, Damarens Alves, Magno Malta, entre outros

Inicialmente, o desenrolar desse pânico moral levou a episódios marcantes: sessões legislativas tomadas por grupos religiosos, pressão sobre gestores escolares, mobilização de



famílias em torno de campanhas como “meu filho, minhas regras”, além de vídeos e conteúdos massivamente distribuídos em redes sociais, apresentando professores como doutrinadores e as escolas como espaços de “corrupção moral”. Essa ofensiva teve como objetivo central banir qualquer debate sobre diversidade sexual, identidade de gênero e direitos das populações LGBTQIA+ dos espaços escolares e públicos (JUNQUEIRA, 2017).

Na arena política, nomes como Flávio Bolsonaro e Carlos Bolsonaro apresentaram proposições legislativas – em 2014 e 2015 – para banir “doutrina ideológica” das salas de aula. Já figuras como o então deputado Douglas Garcia e a deputada Bia Kicis engajaram-se diretamente na cruzada contra o que chamam de “doutrinação”, defendendo cartilhas², denúncias e auditorias escolares. Em 2018, o então candidato Jair Bolsonaro³ acusou o Enem de “doutrinação” por conta de um tema sobre violência de gênero e declarou a “ideologia de gênero” coisa do “capeta” durante a Marcha para Jesus (PENNA, 2019)

Essas campanhas não ficaram restritas ao plano ideológico: tiveram repercussão real nas práticas escolares. Em Santa Cruz do Monte Castelo (PR), Campo Grande (MS) e Picuí (PB), foram aprovadas leis municipais para tornar o “Escola Sem Partido” obrigatório, embora depois vetadas por pressões populares ou pela Justiça. Já em Alagoas, uma lei similar chegou a vigorar, antes de ser suspensa por inconstitucionalidade declarada pela AGU e pelo STF.

Prejuízos iniciais

Os prejuízos dessa abordagem para a educação são profundos. Em primeiro lugar, o cerceamento do debate crítico cria um campo educacional estéril. A imposição de discursos conservadores, sob a fachada da “neutralidade”, acaba por silenciar temáticas centrais — gênero, sexualidade, raça, desigualdade — dificultando a formação de sujeitos capazes de pensar de forma autônoma e cidadã. Os professores, temendo processos judiciais e perseguições midiáticas, praticam a autocensura pedagógica: deliberadamente evitam assuntos essenciais ao currículo, sobretudo em ciências humanas.

Os efeitos práticos desse cenário não ficaram restritos ao plano simbólico. Diversos casos de perseguição a docentes foram amplamente divulgados na imprensa brasileira nos

² BBC News Brasil. “Ideologia de gênero é coisa do capeta”: as declarações de Bolsonaro na Marcha para Jesus. Publicado em 03 de junho de 2018.

³ G1. Flávio Bolsonaro apresenta projeto de lei para combater 'doutrinação' nas escolas do RJ. Publicado em 22 de setembro de 2014.



últimos anos. Em 2018, em Minas Gerais, a professora Erika Takimoto, escritora e docente da rede pública, foi alvo de uma campanha de ataques e ameaças após publicar, em suas redes sociais, críticas ao então presidente eleito Jair Bolsonaro⁴ e à onda de censura nas escolas. A repercussão foi tamanha que ela precisou formalizar denúncias às autoridades.

Outro episódio emblemático ocorreu em 2019, quando a então deputada estadual por São Paulo, Janaina Paschoal, incentivou⁵ publicamente que estudantes gravassem e denunciassem professores que, segundo ela, estivessem praticando “doutrinação”. Isso gerou uma onda de gravações clandestinas em salas de aula, sem qualquer critério, e expôs docentes a linchamentos virtuais, processos administrativos e constrangimentos profissionais.

Esses episódios se somam a dezenas de outros, documentados por organizações como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que apontam o aumento expressivo de casos de assédio moral, perseguição e criminalização de professores no país.

Para professores de Sociologia, isso representa um dilema crítico. Como discutir poder, democracia, cultura e desigualdades em uma sala marcada pelo medo institucionalizado? É nesse ponto que ficam claras as fronteiras impostas pelo movimento reacionário: a tentação de transformar a escola em arena regulada pela moral privada, onde “meus filhos, minhas regras” sobrepõem-se ao pluralismo e aos direitos fundamentais. Quando pautas como o combate à transfobia ou ao preconceito racial são declaradas “ideológicas”, professores são forçados a recuar — ainda que saibam que essas discussões são essenciais para a formação de uma sociedade democrática.

Esse clima de vigilância permanente impõe limites severos à prática pedagógica, sobretudo nas áreas das ciências humanas, como sociologia, filosofia e história, cujos conteúdos exigem, por natureza, a problematização da realidade social. Para os docentes dessas áreas, o simples exercício de discutir temas como desigualdade social, racismo, democracia ou direitos das populações LGBTQIA+ passa a ser visto, erroneamente, como ato político-partidário ou “doutrinação”. Isso gera um profundo esvaziamento pedagógico e uma negação do direito dos estudantes ao acesso ao conhecimento crítico e à formação cidadã.

⁴ Revista Fórum. *Professora Erika Takimoto denuncia ameaças após críticas a Bolsonaro*. Publicado em 09 de outubro de 2018.

⁵ El País Brasil. *Deputada Janaina Paschoal incentiva alunos a filmarem professores em sala*. Publicado em 01 de fevereiro de 2019.



Os prejuízos, portanto, não se limitam aos profissionais da educação, mas recaem sobre toda a sociedade. Uma escola amordaçada produz sujeitos menos preparados para compreender a complexidade social, menos sensíveis às diferenças e menos capacitados para exercer plenamente sua cidadania. Trata-se de um processo que não ameaça apenas a liberdade de ensinar, mas o próprio futuro democrático do país.

Desafios em contexto escolar

Nesse contexto de cerceamento e patrulhamento ideológico, minha prática docente em Sociologia foi diretamente impactada. Em 2016, lecionando no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), pude vivenciar de forma muito concreta os efeitos desse avanço conservador na sala de aula. O ambiente estava profundamente atravessado pelas tensões políticas e pela difusão massiva das pautas do “Escola Sem Partido”, que já circulavam com força nas redes sociais, nos grupos familiares e nos espaços institucionais.

Durante as aulas, percebia que alguns estudantes — muitas vezes mobilizados não por interesse acadêmico genuíno, mas por uma estratégia deliberada — traziam à tona temas polêmicos, claramente como forma de me provocar, testar meus posicionamentos e, sobretudo, me empurrar para terrenos que pudessem ser usados como combustível para me acusar de “doutrinação”. Discussões sobre gênero, sexualidade, movimentos sociais e até mesmo sobre conceitos básicos de desigualdade eram frequentemente tensionadas. Esses estudantes reproduziam, quase como mantras, falas e argumentos que circulavam nas campanhas virtuais e nos materiais vinculados ao movimento Escola Sem Partido.

Ficava evidente que, mais do que debater os conteúdos, havia ali uma tentativa constante de transformar a sala de aula em um campo de disputa, não no sentido saudável do embate de ideias, mas como um território de vigilância e intimidação. Por vezes, as perguntas vinham carregadas de armadilhas discursivas, tentando me forçar a emitir opiniões que pudessem ser distorcidas, descontextualizadas e, eventualmente, utilizadas contra mim. Não se tratava apenas de questionamento crítico — absolutamente legítimo no espaço acadêmico —, mas de uma estratégia alinhada ao movimento conservador que se consolidava naquele período.

Esse ambiente gerava uma tensão constante. Por um lado, havia meu compromisso ético e profissional com o ensino da Sociologia, disciplina que, por natureza, exige reflexão crítica sobre temas como desigualdade, poder, direitos, cultura e diversidade. Por outro,



crecia o receio, não infundado, de que qualquer aula, qualquer conteúdo, pudesse ser interpretado como “viés ideológico” ou “tentativa de doutrinação”, categorias tão exploradas por quem defendia uma falsa ideia de neutralidade pedagógica.

O desafio, portanto, não era apenas didático, mas também emocional e político. Era preciso encontrar caminhos para assegurar a qualidade do ensino, sem abrir mão dos princípios que regem a Sociologia, mas também sem me expor de forma irresponsável a processos de perseguição, denúncias ou assédio, que naquele momento se tornavam cada vez mais comuns no país. Manter o equilíbrio entre garantir a integridade dos conteúdos e me proteger de possíveis ataques tornou-se uma parte invisível, mas central, do planejamento pedagógico cotidiano.

Essa experiência revelou, de forma muito clara, como o avanço das pautas ultraconservadoras não afeta apenas o debate público, mas incide diretamente sobre as práticas pedagógicas e sobre a saúde mental de professores que atuam nas ciências humanas. A sala de aula, que deveria ser espaço de construção coletiva de saberes, passou a ser, muitas vezes, um campo de tensão, vigilância e até medo.

Em 2020, minha trajetória docente me levou ao Colégio Militar de Belo Horizonte, onde, apesar das diferenças institucionais, os desafios no ensino da Sociologia permaneceram intensos e carregados da mesma tensão vivida no IFRS. O ambiente conservador continuava a permear as relações escolares, mas houve um agravante significativo: a tentativa explícita de desestruturação profissional, que passou a atingir não apenas minhas práticas pedagógicas, mas também aspectos pessoais da minha trajetória.

Os ataques, antes centrados em perguntas e provocações sobre conteúdos “polêmicos”, ganharam uma dimensão mais agressiva e camuflada, revestidos de supostas “perguntas ingênuas” e questionamentos sobre minha história de vida, minhas escolhas e minha identidade. Essa modalidade de perseguição mostrou-se como uma estratégia de desgaste psicológico e profissional, voltada a fragilizar minha presença no ambiente escolar e deslegitimar meu trabalho como educador.



Há indícios claros de que tais ataques não se limitam à esfera pedagógica, mas estão imbricados em preconceitos estruturais, especialmente xenofobia e homofobia⁶. A tentativa de estigmatização e exclusão manifesta-se por meio da exploração de estereótipos negativos, visando reforçar uma narrativa de “inadequação” e “desvio” em relação ao perfil esperado para um professor naquele contexto. Essa dimensão pessoal das investidas torna o desafio ainda mais complexo, exigindo estratégias de resistência que ultrapassam o âmbito didático e alcançam o campo da saúde mental e do autocuidado.

Michel Foucault nos lembra que "onde há poder, há resistência" (Foucault, 1978, p. 95), destacando que as instituições, como a escola, são campos onde relações de poder se manifestam por meio de mecanismos sutis de vigilância e controle. A perseguição velada, revestida de “perguntas ingênuas” que experimentei no Colégio Militar de Belo Horizonte, pode ser compreendida como uma estratégia disciplinar destinada a normalizar corpos e identidades que fogem ao padrão esperado. Foucault reforça que "a disciplina produz efeitos no corpo; ele é ‘docilizado’ e ‘utilizado’" (Foucault, 1977, p. 136), e é essa tentativa de docilização que enfrenta resistência no contexto do ensino crítico da Sociologia.

Já Boaventura de Sousa Santos enfatiza que “a escola é um espaço de disputa simbólica onde se travam batalhas por reconhecimento e justiça social” (Santos, 2010, p. 23). Ele ressalta que a resistência dos educadores diante dos ataques conservadores depende não só da coragem individual, mas do fortalecimento das redes de solidariedade e das políticas públicas que assegurem a liberdade acadêmica. Santos alerta que “sem essa proteção, o professor torna-se vulnerável a processos de silenciamento que enfraquecem a democracia” (Santos, 2010, p. 45).

Além disso, o conceito de interseccionalidade, proposto por Kimberlé Crenshaw (1989), ajuda a compreender como as experiências de xenofobia e homofobia se entrelaçam, amplificando as formas de discriminação. Crenshaw argumenta que “as múltiplas identidades de uma pessoa podem criar camadas de opressão que não podem ser analisadas isoladamente” (Crenshaw, 1989, p. 140). Essa perspectiva é fundamental para entender os ataques pessoais sofridos no ambiente escolar, que não são meramente incidentais, mas parte de um sistema estrutural de exclusão.

⁶ Como forma de situar o leitor: sou soteropolitano, em 2016 fui morar em Porto Alegre por conta da aprovação no concurso público do IFRS e em 2020 fui para o CMBH em Belo Horizonte, através de redistribuição. Atualmente estou em Salvador, no Colégio Militar de Salvador.



Minha experiência acabou por evidenciar que o desafio de ensinar Sociologia num ambiente conservador e hostil é também uma luta contra mecanismos institucionais que tentam apagar vozes dissidentes e pluralidade. Resistir é, portanto, um ato político e ético, imprescindível para a defesa da educação crítica e democrática.

Como ensinar sociologia para reacionários?

Ensinar Sociologia em ambientes marcados por conservadorismo e resistência às pautas críticas demanda, antes de tudo, uma postura pedagógica flexível e resiliente. Diante das tentativas de silenciamento e das pressões para autocensura, é fundamental construir espaços de diálogo seguro, nos quais os estudantes possam se sentir à vontade para expressar suas dúvidas, inquietações e mesmo suas resistências. Durante minha atuação, tanto no IFRS quanto no Colégio Militar de Belo Horizonte, busquei utilizar o diálogo como ferramenta central, reconhecendo as tensões e desconstruindo preconceitos por meio de conversas respeitadas, fundamentadas em dados e teorias sólidas.

Outra estratégia importante foi a contextualização dos conteúdos sociológicos a partir da realidade vivida pelos alunos, tornando os temas mais próximos e palpáveis. Por exemplo, ao abordar conceitos como poder, cultura e identidade, eu trazia exemplos atuais — como debates sobre gênero, racismo estrutural e movimentos sociais — para ilustrar como essas questões não estão distantes da vida cotidiana, mas são centrais para a compreensão das dinâmicas sociais. Essa aproximação ajuda a desmistificar o “perigo” que certos temas representam para públicos reacionários, mostrando sua relevância social e acadêmica.

Além disso, optei por promover atividades que estimulassem o pensamento crítico sem confrontos diretos, como debates estruturados, estudos de caso e análises de notícias e mídias. Essa abordagem permitiu que os estudantes desenvolvessem autonomia para questionar narrativas hegemônicas, ao mesmo tempo em que minimizava a resistência explícita. Em momentos de maior tensão, adotei a escuta ativa e a empatia, procurando compreender as raízes das resistências e procurando construir pontes em vez de muros.

Por fim, não menos importante, foi fundamental criar e fortalecer redes de apoio com colegas, gestores e pesquisadores comprometidos com uma educação plural e democrática. O isolamento torna-se um fator de vulnerabilidade; por isso, compartilhar experiências,



estratégias e suporte emocional é uma forma eficaz de resistir às pressões e garantir a continuidade de um trabalho pedagógico transformador.

Essas práticas, embora desafiadoras, mostram que é possível, mesmo em contextos adversos, promover uma educação crítica e inclusiva. O ensino em ambientes reacionários exige criatividade, paciência e coragem, mas sobretudo a convicção de que a formação de cidadãos conscientes e críticos é um compromisso indispensável para a construção de uma sociedade mais justa.

A sociologia nos colégio militares

O ensino de Sociologia em escolas militares apresenta uma dinâmica peculiar que reflete a interseção entre o conhecimento científico e a disciplina institucional característica dessas instituições. Nessas escolas, onde há um forte apelo à hierarquia, ao nacionalismo e à obediência, o ensino de uma disciplina que estimula o pensamento crítico, a análise das estruturas sociais e o questionamento das normas estabelecidas pode gerar tensões. A Sociologia, por sua natureza, busca compreender a sociedade de maneira ampla, incluindo o estudo das desigualdades, dos conflitos e das diversas formas de organização social, o que pode ser visto como desafiador dentro de um ambiente onde o consenso e a ordem são frequentemente priorizados.

Apesar disso, a inclusão da Sociologia nos currículos das escolas militares, quando efetiva, pode representar uma oportunidade importante para ampliar a formação dos alunos. Essa disciplina oferece ferramentas para que os estudantes compreendam melhor o papel das instituições — incluindo as próprias forças armadas — no contexto social, histórico e político do país. Ao analisar temas como cidadania, direitos humanos, movimentos sociais e cultura, os alunos podem desenvolver uma visão mais ampla da sociedade em que estão inseridos, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, mesmo dentro de uma estrutura militarizada.

Entretanto, em muitos casos, observa-se uma tendência à adaptação ou mesmo à censura de conteúdos sociológicos considerados sensíveis ou incompatíveis com os valores militares. Temas como diversidade, questões de gênero, crítica às estruturas de poder e debates políticos contemporâneos muitas vezes são suavizados ou evitados. Isso limita o potencial formativo da disciplina e compromete a proposta de uma educação crítica e plural.



O risco é transformar o ensino de Sociologia em um conteúdo meramente formal, esvaziado de seu caráter reflexivo e investigativo.

É importante considerar também o papel do professor de Sociologia nesse contexto. Sua atuação requer um equilíbrio delicado entre respeitar as normas institucionais e manter o compromisso com os princípios da disciplina, especialmente o estímulo ao pensamento autônomo e à análise crítica. A formação desses professores e sua autonomia pedagógica são fatores decisivos para garantir que o ensino de Sociologia não se torne apenas uma formalidade, mas uma experiência significativa para os alunos, mesmo em um ambiente marcado por regras rígidas e pouca abertura para o dissenso.

Por fim, o ensino de Sociologia em escolas militares deve ser visto como um campo de disputa simbólica e política. Ele revela os limites e as possibilidades da educação escolar em contextos autoritários, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de reafirmar o compromisso com uma educação pública, laica, democrática e plural. A presença da Sociologia nesses espaços, ainda que desafiadora, é um lembrete de que a formação intelectual não pode prescindir do questionamento e da reflexão crítica, mesmo – ou especialmente – nos ambientes onde o controle e a disciplina parecem imperar.

Portanto, a recepção da Sociologia em escolas militares deve ser compreendida não apenas como um desafio didático-pedagógico, mas também como parte de uma disputa mais ampla por sentidos dentro do espaço escolar. A partir de 2015, o campo educacional tornou-se palco de um embate ideológico profundo, no qual a Sociologia ocupa um lugar estratégico por sua capacidade de formar sujeitos reflexivos. Entender como essa disciplina é apropriada, contida ou transformada nas escolas militares é essencial para compreender os rumos da educação brasileira sob o impacto de projetos políticos que tentam moldar a escola como espaço de conformidade, e não de emancipação.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind; PARKER, Richard. *Políticas antipolíticas: a cruzada global contra os direitos sexuais e reprodutivos*. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch, 2018.



CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: HATCHER, J.A.; SMITH, L.C. (orgs.). *Critical race theory: the key writings that formed the movement*. New York: The New Press, 1995. p. 357-383.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Escola sem partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Revista e-Curriculum, v. 14, n. 2, p. 620-646, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 18. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

PENNA, Fernando Cássio. *Escola sem partido: censura e mordança aos professores*. In: GENTILI, Pablo; AQUINO, Julio Groppa (Orgs.). *Escola sem partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.